

O Projeto Sapiens Parque: impactos socioeconômicos e ambientais em Florianópolis

Sapiens Park Project: socio-economic
and environmental impacts on Florianópolis

Beatriz Francalacci da Silva

Resumo

Com a globalização, as cidades passaram a constituir centros de articulação e controle de economias regionais, nacionais e internacionais, a partir de vocações e especializações urbanas. O espaço urbano é caracterizado como um ambiente competitivo, com aplicação de ações estratégicas definidas dentro da lógica do mercado. Esse modelo de planejamento importado está sendo destinado a alguns centros urbanos brasileiros nos últimos anos, resultando em impactos sobre a dinâmica das cidades. Este artigo apresenta o projeto urbano Sapiens Parque, um caso de empreendimento com futura implantação na região metropolitana de Florianópolis¹. O trabalho introduz os princípios do projeto e analisa os impactos socioeconômicos e ambientais² previstos com a construção do parque.

Palavras-chave: planejamento estratégico; Sapiens Parque; impactos ambientais.

Abstract

With globalization, cities have become centers of articulation and control of regional, national and international economies, based on urban vocations and specializations. The urban space is characterized as a competitive environment with application of strategic actions defined within the logic of the market. In recent years, this imported planning model has been applied to some Brazilian urban centers, resulting in impacts on the dynamics of cities. This article presents the urban project, Sapiens Parque, a case of development to be undertaken in the future in the metropolitan area of Florianópolis. The principles of the project are introduced, and there is examination of the socio-economic and environmental impacts expected in the construction of the park.

Keywords: strategic planning; Sapiens Park; environmental impacts.

Introdução

As mudanças tecnológicas, econômicas, geopolíticas e socioculturais ocorridas no mundo como decorrência do aparecimento da globalização apresentam influências na configuração do espaço urbano. A conciliação dessas transformações com o planejamento das cidades consiste em uma difícil tarefa, sendo necessário identificar as mudanças em curso e avaliar seus impactos para o desenvolvimento urbano.

O fenômeno pode acarretar modificações no planejamento em todas as escalas urbanas, desde as pequenas urbanizações até as grandes metrópoles. Segundo alguns dos principais estudiosos do tema – Güell (1997); Lopes (1998); Castells (1999); Arantes (2000); Borja e Castells (2000); Sánchez (2003) – as cidades passaram de espaços locais a centros articuladores de economias regionais, nacionais e internacionais, apresentando como instrumento de planejamento as ações estratégicas definidas dentro da lógica do mercado. A nova realidade gera o espaço das cidades mundiais,³ que visa o reconhecimento das cidades em nível global através de vocações e especializações urbanas.

Arantes (2000) afirma que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, sendo a configuração espacial urbana um reflexo dessa relação com a reprodução do capital. Nessa nova fase do capitalismo, as cidades passam a ser geridas e consumidas como mercadoria. O lugar representa um valor de uso para seus habitantes e um valor de troca para os interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma

de uma renda exclusiva. A cidade passa a ser vista como um empreendimento e as políticas urbanas são então conformadas com o propósito de expandir a economia local e aumentar riquezas. Assim como a orientação e o controle da expansão urbana foram substituídos pelo impulso de crescimento, um novo tipo de profissional emergiu da metamorfose do funcionário público local: o planejador-empresendedor.

O modelo estratégico de planejamento teve origem na gestão empresarial, sendo aplicado ao espaço urbano como uma resposta às mudanças impostas pela globalização. Ele sugere que a competição interurbana consiste em uma saída inevitável perante tais mudanças, já que a globalização prejudicou a especificidade do território como unidade de produção e consumo, ignorando as fronteiras político-administrativas. Como consequência, as cidades passaram a ser constituídas a partir de uma sociedade integrada em rede, acompanhadas de uma nova realidade econômica, social e política (Güell, 1997).

De acordo com Lopes (1998), tal rede mundial se compõe a partir de centros específicos de controle da economia, que tendem a incorporar outros centros financeiros regionais e secundários na medida em que a escala do controle se expande. Essas novas funções urbanas originam o espaço das cidades globais, que se caracteriza pelo ambiente competitivo entre as cidades. Dentro desse contexto, as cidades estabelecem entre si relações hierárquicas de poder, determinadas pela competição dos espaços.

O planejamento estratégico fundamenta-se na articulação necessária entre o local e o global, decorrente da perda da autonomia do Estado como centro regulador do

desenvolvimento urbano. Desse modo, propicia-se aos governos locais o fortalecimento político e econômico, elevando-os como os principais atores públicos do planejamento, ainda que estejam sujeitos à dependência de condicionantes exteriores.

Sánchez (2003) destaca que os governos locais possuem a atribuição de promover as cidades para os investidores externos, através de uma imagem positiva e da oferta de infraestruturas e de serviços. Para tanto, o poder público local utiliza estratégias de intervenções e renovações urbanas acompanhadas de imagens-síntese e discursos referentes à cidade, por meio de uma política de *marketing* urbano como instrumento de difusão e afirmação.

Na opinião de Vainer (2000), atualmente, a questão urbana tem como ponto central a competitividade entre as cidades. Para o autor, no discurso do planejamento estratégico urbano, a cidade em seu conjunto e de maneira direta aparece assimilada à empresa e entre os elementos que presidem o empresariamento da gestão urbana: a produtividade, a competitividade e a subordinação dos fins à lógica do mercado.⁴ Agir empresarialmente na cidade significa tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas pelo mercado. Constitui a condição de transposição do planejamento estratégico da corporação privada para o território público urbano.

Para tanto, tal conceito de planejamento impõe a presença de novos atores, basicamente, do setor privado. A parceria público-privada concretiza uma relação imprescindível para a consolidação do planejamento estratégico. Essa parceria nasce da necessidade do poder público em captar recursos adicionais às suas próprias receitas, a fim de possibilitar a

implementação dos projetos de intervenção urbana. Dessa forma, os interesses do mercado permanecem presentes no processo de planejamento, permitindo a participação direta de empresários nas decisões referentes à gestão das cidades.

No Brasil, esse modelo de planejamento teve exemplo refletido na cidade de Curitiba-PR na década de 1990. Curitiba tornou-se referência nacional e internacional através de um plano de urbanização específico que visava atrativos culturais e de lazer. Sánchez (2003) declara que a história desse projeto demonstra a necessidade de conciliação do planejamento urbano com o atendimento dos interesses empresariais, na busca de uma hegemonia política que permitisse materializar o plano e alcançar a implementação das políticas urbanas.

Atualmente, é possível constatar a aplicação do planejamento estratégico em outras capitais brasileiras, com intervenções pontuais voltadas para fins específicos, sob o pretexto de sediar as futuras competições esportivas (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016). Em Florianópolis-SC, as atuais políticas de desenvolvimento urbano apontam para a aplicação do mesmo conceito de planejamento. A cidade não faz parte do grupo que deve realizar intervenções urbanas derivadas dos eventos esportivos, porém o governo local investe em empreendimentos destinados a outras atividades.

A pretensão de transformar a capital catarinense em uma referência mundial iniciou a partir da virada dos anos oitenta para os anos noventa. Nas últimas duas décadas, Florianópolis vem sendo destacada por alguns periódicos como uma das regiões de maior qualidade de vida do Brasil e com baixos índices de violência.

Ao final da década de 1980, a cidade começava a se sobressair na indústria do turismo e de alta tecnologia, entendidas como indústrias não poluentes e adequadas ao seu rico ambiente natural. Em 2002, a revista nacional *Exame* colocou a capital de Santa Catarina como a quinta colocada dentre as melhores cidades do país para a aplicação de investimentos econômicos.

No mês de junho de 2007, Florianópolis foi representada no evento “Fórum Internacional” que aconteceu em Goyang, na Coreia do Sul. O objetivo do evento era debater o tema do desenvolvimento urbano e cultural com convidados especiais, representantes oficiais e especialistas de renome internacional de um grupo de dez cidades específicas. O grupo reunia as “10 cidades mais dinâmicas do mundo”, que consistem as regiões econômicas mais promissoras do mundo, pesquisa realizada e publicada pela revista internacional *Newsweek* em julho de 2006. Florianópolis foi a única cidade da América Latina a ser classificada no *ranking*, juntamente a outros centros urbanos americanos, europeus e asiáticos.

A revista *Newsweek* justificou a inclusão de Florianópolis na lista das dez cidades mais dinâmicas do mundo devido a uma série de fatores, entre eles o potencial turístico derivado da quantidade de praias, o alto nível de escolaridade e a presença de uma nova indústria limpa do conhecimento, baseada em empresas de tecnologia de ponta. No evento de Goyang, a cidade foi representada pelo engenheiro mecânico e administrador Marcelo Guimarães, diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação do Sapiens Parque, projeto urbano que constitui o estudo de caso deste artigo.

Durante o decorrer do ano 2007, o Sapiens Parque e outros projetos urbanos foram apresentados em eventos mensais locais ocorridos em Florianópolis, patrocinados por empresas privadas e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon). Segundo os patrocinadores dos eventos, tais intervenções devem promover o desenvolvimento sustentável de Florianópolis e da região metropolitana, com equilíbrio entre o crescimento econômico, o desenvolvimento sociocultural e a preservação ambiental.

O Sapiens Parque consiste em um empreendimento com futura implantação no Norte da Ilha de Florianópolis. O projeto vem sendo apresentado pelos grupos responsáveis como um programa de desenvolvimento regional, “baseado na sustentabilidade social, econômica e ambiental e voltado para a produção científica, tecnológica e educativa” (RIMA 1, 2003, p. 1). A implementação do projeto exige mais de 20 anos de trabalho de planejamento urbano, arquitetônico, ambiental, econômico, financeiro e jurídico.

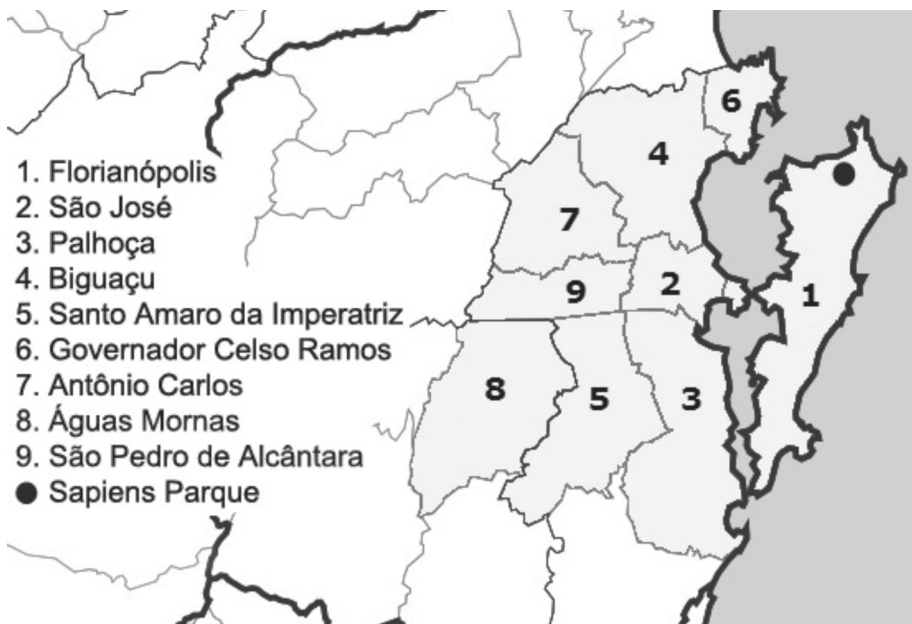
Por se tratar de uma intervenção de abrangência regional, são comuns as avaliações realizadas pelos diversos atores envolvidos, de empreendedores à comunidade local. Um dos temas mais discutidos desde o primeiro projeto apresentado sobre o parque, no ano de 2002, envolve os prováveis impactos que surgirão com a implantação do empreendimento. Este artigo apresenta uma análise dos principais impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da implantação do Sapiens Parque na região metropolitana de Florianópolis.

O Empreendimento Sapiens Parque

O Sapiens Parque é reconhecido pelo novo conceito de “parque de inovação”, que consiste em um ambiente que possui infraestrutura e espaço para abrigar empreendimentos, projetos e outras iniciativas estratégicas para o desenvolvimento de uma região. Um parque de inovação se distingue por possuir um modelo para atrair, desenvolver, implementar e integrar essas iniciativas, visando um posicionamento diferenciado e competitivo. A oportunidade inicial para o Sapiens Parque surgiu a partir da parceria do poder público e da iniciativa privada, através da integração entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI).

Segundo dados do projeto Sapiens Parque, a escolha da cidade de Florianópolis como local para o empreendimento se deve à sua localização geográfica estratégica em relação aos países comprometidos com o Mercosul e por ser praticamente equidistante das principais metrópoles e dos grandes centros de negócios da região. A capital ainda possui a vantagem de ser reconhecida por suas belezas naturais, pelos seus índices de qualidade de vida e pela constituição de um dos maiores polos de tecnologia do país, apresentando assim reais condições de conjugar atividades de centro de negócios e centro de lazer. Devido a suas características terciárias e de prestação de serviços, a cidade ainda é considerada um mercado consolidado para o desenvolvimento de empresas de base tecnológica. A Figura 1 mostra a localização do Sapiens Parque no contexto urbano de Florianópolis.

Figura 1 – Região Metropolitana de Florianópolis e localização do Sapiens Parque



Como podemos ver na Figura 1, o terreno de implantação do empreendimento se localiza na região Norte da Ilha de Florianópolis, especificamente no balneário de Canasvieiras. O projeto Sapiens Parque está proposto para ser implantado em uma área superior a 400 hectares e situada a 25 km de distância do centro da cidade. O terreno pertenceu originalmente à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e ao Governo do Estado de Santa Catarina.

A opção pela implantação do empreendimento nessa zona da cidade é atribuída principalmente aos índices de crescimento imobiliário que tem apresentado a região, à infraestrutura urbana existente e à diversidade ambiental que favorece as atividades de lazer. Os idealizadores do projeto alegam que foram estudadas outras possibilidades de localização para a implantação do empreendimento, descartadas devido a justificativas diversas.

A região Sul de Florianópolis foi considerada inapropriada por apresentar desenvolvimento econômico e infraestrutura bastante diferentes da região Norte, o que, no curto e médio prazos, desfavoreceria a implantação de projetos como o Sapiens Parque, pois “exigiria mais investimentos, principalmente em infraestrutura e no desenvolvimento econômico da região” (RIMA 1, 2003, p. 8). Uma terceira alternativa avaliada para a localização do parque seria na parte continental de Florianópolis que, apesar de possuir viabilidade econômica, não apresentaria “opções de terrenos de grande porte para a implantação de um projeto desta magnitude”.

Para o projeto está planejado um conjunto de empreendimentos públicos e privados como arena multiuso, parque florestal, centro de

serviços para a comunidade, centro de eventos e de convivência, hotéis, museus, centro gastronômico e de compras, centros de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, além de empresas e organizações não governamentais que, em conjunto, irão atuar no desenvolvimento local e regional.

Os resultados positivos gerais esperados com sua implantação são: geração de empregos diretos nas áreas de turismo, ciência, tecnologia e serviços; geração de impostos que poderão ser aplicados no melhoramento da infraestrutura, saúde, educação e segurança; redução da sazonalidade turística na região, auxiliando na profissionalização da atividade e definição de um novo padrão de ocupação urbana para a cidade (RIMA 1, 2003).

Os empreendedores do projeto defendem que o parque deverá se consagrar como “indutor do progresso social e material da região, harmonizando o desenvolvimento regional e a sustentabilidade ambiental, cumprindo seu papel de gerar renda e criar empregos” (RIMA 1, 2003, p. 3). Os principais aspectos econômicos positivos apontados são o aumento significativo da arrecadação de impostos; a criação de novos empregos; o aumento da renda global e per capita; a captação e atração de novos negócios para Santa Catarina e o potencial mercado de consumidores, construído, em parte, pelos países do Mercosul.

Já os aspectos sociais positivos apontados pelos empreendedores do parque são os seguintes: ampliação planejada da cidade; otimização dos serviços; modernização da Ilha na área de turismo, lazer, ciência, tecnologia, transportes e comunicações; aumento da rede hoteleira; estabilização do mercado de turismo e melhoria da qualidade de vida da população

com a implantação de infraestrutura e a criação de novos empregos.

O primeiro projeto para o Sapiens Parque foi elaborado em 2002 pela empresa Ecoplan, selecionada através da Fundação CERTI para a execução do trabalho. O projeto finalizado pela Ecoplan foi avaliado através de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)⁵ no ano seguinte, realizado pelas empresas

Socioambiental Consultores Associados e E.labore Assessoria Estratégica em Meio Ambiente, e sofreu alterações decorrentes das avaliações feitas. A partir de então, o projeto passou a ser de responsabilidade do centro de estudos argentino Fundaciòn Cepa. Em 2005, o Sapiens Parque apresentou um novo projeto elaborado pela Fundaciòn Cepa (Figura 2), que mantém os aspectos conceituais do empreendimento.

Figura 2 – Perspectiva Master Plan Sapiens Parque 2005



Fonte: Master Plan Sapiens Parque 2005.

De maneira geral, podemos constatar que o projeto Sapiens Parque se considera promotor do desenvolvimento sustentável regional a partir, basicamente, de cinco aspectos principais:

1) Preservação dos ambientes naturais do terreno de implantação.

2) O parque promete a construção de edificações sustentáveis, com economia de energia, reuso da água e estação particular de tratamento de esgoto.

3) O projeto tem como um dos conceitos a indústria da tecnologia e da informática, considerada uma indústria limpa e própria para regiões de rico ambiente natural como Florianópolis.

4) O parque propõe-se como promotor do turismo sustentável, através da educação ambiental e do turismo ecológico, tendo como base um conjunto de equipamentos de lazer, cultura, educação, esportes, saúde, eventos e gastronomia.

5) O parque tem como uma das metas a geração de empregos e a diminuição da exclusão social.

Na sequência deste artigo, analisaremos os possíveis impactos positivos e negativos decorrentes da futura implantação do empreendimento na região metropolitana de Florianópolis e como tais aspectos interferem na dinâmica da cidade.

Impactos socioeconômicos e ambientais do Sapiens Parque em âmbito regional e metropolitano

O Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) elaborado para a avaliação dos impactos socioeconômicos e ambientais do empreendimento Sapiens Parque apresenta por base um diagnóstico interdisciplinar. De acordo com as empresas responsáveis pelo estudo, a análise parte das interações dos diversos grupos socioculturais ao longo do tempo, de forma a identificar transformações da realidade e possibilitar o estabelecimento de tendências e cenários. A área de influência considerada como base para os estudos apresenta-se definida a partir de três parâmetros: área diretamente afetada (ADA), área de influência direta (AID) e área de influência indireta (AII).

Consideraram-se áreas diretamente afetadas pelo empreendimento os 450 hectares situados na planície sedimentar do Distrito de Canasvieiras, onde deve ser implantado o projeto. A região caracteriza-se pela baixa declividade, fraca drenagem, ocorrência de remanescentes de restinga arbórea e de banhados e por reflorestamentos de pinus e eucalipto.

A área de influência direta delimita-se principalmente pela zona de abrangência da

bacia hidrográfica do Rio Ratonés, que percorre a região de implantação do Sapiens Parque. Outras localidades do Norte e Nordeste da Ilha que não apresentam total circunscrição na bacia também se incluem na área de influência direta. Essas regiões sofreriam diretamente os efeitos do projeto, em particular no que tange à dinamização socioeconômica e à infraestrutura básica.

Por fim, a área de influência indireta considerada é a que real ou potencialmente está sujeita aos impactos indiretos da implantação e operação do parque, e abrange ecossistemas e sistemas socioeconômicos que podem ser impactados por alterações ocorridas na área de influência direta.

Dos 58 impactos potenciais identificados pelo EIA-RIMA, 13 deles ocorrem em meio físico (sendo todos negativos), 10 ocorrem em meio biótico (sendo 8 negativos), e 35 deles ocorrem em meio socioeconômico (sendo 24 negativos e 1 tanto negativo quanto positivo). Os impactos foram classificados conforme seu grau de abrangência em I (interno à área do empreendimento – total de 9 impactos), L (local ou entorno próximo – total de 7 impactos), R (regional ou Norte da Ilha – total de 29 impactos) e M (municipal ou metropolitano – total de 13 impactos).

Os demais critérios para a classificação dos impactos dizem respeito à natureza do impacto (novo, ampliação ou antecipação); ao momento de ocorrência nas fases do empreendimento (planejamento, implantação ou ocupação); à forma de manifestação (direta ou indireta); ao grau de importância (alto, médio ou baixo); à magnitude (grande, média ou pequena); à persistência do impacto (temporário

ou permanente); à manifestação (imediate, a médio ou longo prazo); à durabilidade (curto, médio ou longo); ao grau de reversibilidade do efeito (reversível, parcialmente reversível ou irreversível) e à possibilidade de mitigação e de compensação direta (total, parcial, nenhuma ou desnecessária).

Selecionamos alguns dos principais impactos em âmbito regional e metropolitano identificados pelo EIA-RIMA, citados no Quadro 1 conforme o meio em que ocorrem (ambiental ou socioeconômico). Os impactos aqui apresentados estão previstos para acontecer durante a etapa de operação do empreendimento e são permanentes. O Quadro 1 mostra os efeitos de cada impacto (P= positivo e N= negativo), com suas respectivas ações de compensação ou potencialização. Nos textos seguintes, analisaremos os aspectos fundamentais relacionados a alguns desses impactos determinados.

Avaliação dos impactos do empreendimento Sapiens Parque

Mais de 70% dos impactos identificados no EIA-RIMA do Sapiens Parque são classificados como de abrangência regional e metropolitana. Cerca de 75% dos impactos em meio regional e metropolitano ocorrem em âmbito socioeconômico, enquanto 25% desses impactos fazem referência às questões ambientais (meios físico e biótico). Um dos principais impactos negativos em meio ambiental diz respeito à ocupação e fragmentação dos ambientes naturais remanescentes, em função da pressão imobiliária.

Quadro 1 – Principais impactos do Sapiens Parque em âmbito regional e metropolitano

	Impactos potenciais identificados	Efeito positivo/negativo	Possíveis ações de mitigação/compensação ou potencialização dos impactos
Meio ambiental	População das águas pelo esgoto sanitário da população induzida pelo empreendimento	N	Plano Diretor Participativo. Ampliação dos sistemas de tratamento público de esgoto. Melhoria da viabilidade econômica do sistema em função da redução de sazonalidade da demanda. Monitoramento e controle do manancial existente
	Risco de perda de qualidade do manancial existente por ocupação pela população induzida pelo empreendimento	N	Plano Diretor Participativo. Monitoramento e controle do manancial
	Ocupação e fragmentação de ambientes naturais remanescentes na bacia hidrográfica, em função da pressão imobiliária	N	Programas de monitoramento e controle. Estabelecimento de corredores ecológicos. Elaboração do Plano Diretor Participativo e outras ferramentas de planejamento
Meio socioeconômico	Valorização imobiliária	P/N	Programa de prevenção contra especulação imobiliária. Programa de capacitação das comunidades
	Saturação do sistema viário	N	Gestão diferenciada de horários de entrada/saída dos funcionários. Estímulo ao transporte alternativo e/ou solidário. Ampliação do sistema viário. Implantação de faixa exclusiva de ônibus
	Atração de infraestrutura e serviços de telecomunicações	P	–
	Pressão sobre o sistema de transporte coletivo	N	Fornecimento de transporte próprio das empresas instaladas no Sapiens Parque. Horários diferenciados de entrada e saída de funcionários. Sistema de pontuação de sustentabilidade para transportes alternativos. Aumento da frota de ônibus e de linhas
	Aumento da oferta de equipamentos e serviços de cultura, esporte e lazer	P	–
	Aumento da oferta de equipamentos e serviços socioeducativos	P	–
	Adensamento de ocupações ao longo das vias, dificultando ampliações futuras do sistema viário	N	Plano Diretor Participativo. Legislação de alinhamento e/ou declaração de utilidade pública das áreas estratégicas. Campanhas informativas. Definição de vias alternativas
	Risco de exclusão das comunidades locais frente às oportunidades criadas	N	Acessibilidade das comunicações aos equipamentos e espaços de lazer, entretenimento, cultura, esportes e serviços comunitários. Programas de capacitação comunitários. Política de absorção de mão de obra local
Expulsão da população local por aumento da especulação imobiliária no entorno	N	Programa de capacitação das comunidades locais. Programa de prevenção contra especulação imobiliária	

Fonte: Elaboração própria com dados do EIA-RIMA do Sapiens Parque.

A implantação do empreendimento e consequente valorização dos imóveis da região tornam os locais de ambientes frágeis mais suscetíveis à ocupação humana por parte da parcela da população menos favorecida economicamente, devido à valorização econômica dos espaços adequados ao processo de urbanização. A ausência de imóveis acessíveis nessas áreas apropriadas conduz a população

de baixa renda, atraída por potenciais oportunidades ou simplesmente expulsa por pressão imobiliária de zonas urbanizadas, a ocupar áreas impróprias como várzeas, banhados, beiras de rios e encostas, gerando prejuízos aos ambientes naturais remanescentes, à paisagem e com riscos à população, dada a possibilidade de deslizamentos e inundações (RIMA 7, 2003, p. 32).

O Sapiens Parque coloca essa ocupação irregular como “preexistente e tendencial” na região e que o parque somente acarretaria a aceleração desse processo. Como meio de mitigação do impacto, o RIMA sugere a elaboração do Plano Diretor participativo e a aplicação de iniciativas que possam estabelecer mecanismos legais de planejamento e gestão do espaço urbano, além de programas de monitoramento que garantam o cumprimento do zoneamento urbano.

Justificativa semelhante é apresentada ao ser constatado que a população induzida pelo empreendimento poderá colocar em risco a qualidade do aquífero de Ingleses e Rio Vermelho, principal manancial de água potável subterrâneo da Ilha. O Sapiens Parque coloca que a expansão urbana da porção Norte configura um fenômeno crescente, que vem gerando ocupações indiscriminadas, legais e ilegais, de importantes áreas desse manancial. A especulação imobiliária tende a se aprofundar na região com a implantação do empreendimento, o que levaria a um aumento da demanda por áreas menos adequadas à ocupação humana e de menor valor em virtude da saturação e/ou valorização econômica das áreas mais adequadas para a urbanização. Entretanto, o RIMA afirma que tal processo faz parte da realidade e como solução também sugere simplesmente a elaboração do Plano Diretor do Norte da Ilha e o monitoramento e controle do manancial.

Além de favorecer a ocupação de ambientes naturais, a valorização imobiliária da região promete acarretar a dificuldade de acesso à moradia e a expulsão das comunidades locais, levando aos principais impactos em meio socioeconômico. Esses resultados são impulsionadores da segregação social urbana

característica dos modelos de planejamento regidos pela lógica do mercado. A qualificação de áreas urbanas específicas favorece o desenvolvimento de novos centros urbanos que são determinantes no processo de segregação socioespacial. De acordo com Maricato (2000), o poder público cria oportunidades para o surgimento de novas centralidades e ao mesmo tempo designa estratégias para evitar a circulação e a apropriação do espaço pelas pessoas de baixo poder aquisitivo.

O Estado concede os maiores benefícios para esses novos centros através da legislação, concentrando privilégios em determinadas partes da cidade através do zoneamento urbano. Dessa forma, o Estado valoriza essas regiões em detrimento das demais e a escassez de espaços nessas áreas favorece ainda mais sua valorização, expulsando alguns grupos sociais ou substituindo-os por outros, gerando uma cidade segmentada. Os centros urbanos, que deveriam ser vistos como espaço coletivo, acabam virando um privilégio para poucas pessoas. Os demais grupos sociais, sem alternativas, são obrigados a morar em cortiços, favelas ou loteamentos que se situam nas periferias e onde a pobreza é homoganeamente disseminada.

Arantes (2000) lembra que, ideologicamente, a região da cidade que concentra os investimentos públicos e as intervenções urbanas começa a se identificar como a imagem oficial e a representação da cidade. A cidade oficial consiste na parte onde o poder público oferece investimento em infraestrutura, equipamentos urbanos, fácil mobilidade e acesso, constituindo o espaço da minoria privilegiada. A imagem dessa área é utilizada para a promoção da cidade e a valorização imobiliária, na corrida do título de cidade global. As consequências

socioeconômicas decorrentes desse processo se manifestam em diversos setores em âmbito municipal e metropolitano, conforme destaca Ermínia Maricato:

À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. (Maricato, 2003, p. 152)

Esses impactos negativos em meio socioeconômico foram identificados pelo EIA-RIMA sendo, porém, simplesmente justificados como parte de um quadro tendencial para a região Norte da Ilha e não apresentando soluções efetivas. O Sapiens Parque supõe que a especulação imobiliária e suas consequências em meio socioeconômico são independentes de sua implantação por já ser parte da realidade regional e onde o empreendimento pouco influenciaria, devendo inclusive contribuir para a valorização através da qualificação do espaço. Essa afirmação é dada perante a justificativa de que o projeto acarretará melhorias de infraestrutura, diferenciais de equipamentos, oportunidades e serviços, trazendo incremento significativo em curto e médio prazo.

O risco de expulsão da população local não é decorrente somente da especulação imobiliária, mas também das novas oportunidades

criadas pelo Sapiens Parque. A criação e expansão de negócios consiste em um dos principais aspectos positivos levantados pelo empreendimento. Segundo o projeto, o Sapiens Parque terá sua distribuição econômica definida pela realidade de Florianópolis, sendo cerca de 70% do empreendimento dedicado aos serviços e 23% ao comércio. Além disso, suas atividades são significativamente diferenciadas das atividades convencionais atuais, o que implicaria uma ampliação da base de serviços e produtos, evitando a saturação.

Em decorrência, é provável o aumento do poder de consumo e das oportunidades de negócios fora do empreendimento, atingindo principalmente os setores mais convencionais da economia da cidade. Esses fatores favorecem a diminuição da sazonalidade do turismo, que constitui a principal atividade econômica de Florianópolis e do Norte da Ilha. Entretanto, o RIMA confirma que tais oportunidades estão restritas somente a pequena parcela da população, uma vez que o padrão de sofisticação de um parque de inovação exige uma qualificação diferenciada da mão de obra em todos os níveis de formação.

Portanto, apesar da promessa de geração de empregos propiciada pelo parque, a absorção de mão de obra local e regional dependerá de sua capacitação e qualificação. O mesmo é válido para os empreendedores, inclusive para aqueles que se encontram ou se instalarão nas comunidades do entorno. Segundo Lopes (1998), as modificações no mercado de trabalho constituem o efeito mais importante da reestruturação da organização social e dos valores culturais da sociedade. Na medida em que as cidades se integram em maior ou menor grau à divisão internacional do trabalho, ocorre

uma valorização daqueles que lidam com o trabalho informacional.

Não estar integrado conduz a um desemprego crescente ou a uma possível desvalorização do trabalho. Esse processo é excludente para determinados segmentos da população, que se tornam irrelevantes do ponto de vista econômico. Por esses motivos, existe o risco de as comunidades locais não participarem dos benefícios da geração de empregos proporcionada pelo parque, podendo ser marginalizadas socioeconomicamente e até mesmo expulsas, pois o seu nível de renda poderá ser menor que o das populações migrantes, acarretando dificuldades de acesso à moradia, serviços e bens de consumo.

Inclusive, a geração de empregos, que é levantada como o principal impacto positivo do empreendimento em meio socioeconômico, pode apresentar seus efeitos locais reduzidos pela marginalização econômica. O RIMA faz uma estimativa completa do número de novas vagas de emprego que surgirão com a implantação do Sapiens Parque, desde sua fase de construção até sua fase de operação. O resultado mostra um número aproximado de 28.000 empregos diretos e de 41.000 empregos indiretos somente na fase de operação do empreendimento, em um total aproximado de 69.000 empregos diretos e indiretos para todo o aglomerado urbano de Florianópolis gerados nessa fase (previsão para o ano 2030).

Segundo o estudo, as estimativas de novos profissionais formados em nível médio e superior no aglomerado urbano de Florianópolis e que estarão disponíveis no mercado mostram que a capacidade de mão de obra local é suficiente para suprir as novas vagas de empregos diretos do empreendimento. No

entanto, o documento deixa claro que “as contratações ficam por conta das empresas que irão se instalar no empreendimento, e estas seguramente irão obedecer a critérios de mérito e qualificação em suas contratações” (RIMA 7, 2003, p. 36). A advertência é de que tais benefícios nem sempre poderão ser usufruídos por todos, já que dificilmente essas empresas estariam dispostas a contratar pessoas que não possuam qualificação adequada.

Tal situação repete-se em todas as fases do empreendimento como, por exemplo, no caso da mão de obra necessária para a construção do complexo. O parque poderá trazer muitos empregos locais para o ramo da construção civil durante sua execução, entretanto, é preciso destacar que as empreiteiras de fora do aglomerado metropolitano de Florianópolis poderão trazer seu próprio quadro de trabalhadores, reduzindo esse impacto positivo do empreendimento sobre o mercado de trabalho local. A inserção dos atores locais no mercado de trabalho do parque depende da oferta de cursos e qualificações para que se desenvolvam as competências necessárias para o desempenho de suas funções (RIMA 7, 2003).

Além disso, a possível vinda de trabalhadores de fora do aglomerado urbano de Florianópolis, principalmente durante a fase de construção do parque, acarreta impactos socioculturais regionais de natureza negativa. O risco de introdução ou propagação de doenças tropicais ou sexualmente transmissíveis, o aumento do risco de exploração ou violência sexual e o aumento da violência por tensão sociocultural são alguns desses impactos, que podem ser mitigados através de políticas de absorção de mão de obra local e de campanhas educativas.

Essas questões colocam em dúvida o principal argumento a favor da implantação do Sapiens Parque, que se refere à geração de empregos. Além disso, constatamos ainda uma última colocação: o RIMA estima somente a quantidade de empregos que será gerada pelo empreendimento, sem levar em consideração os empregos e pequenos empreendimentos que serão prejudicados com a presença do parque. Tal estudo foi ignorado pelo Sapiens Parque, já que não foi cumprida a lei do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) que exige o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para empreendimentos dessa dimensão.

Dentre os demais impactos negativos apontados pelo RIMA em meio socioeconômico, constitui impacto de pequena magnitude a pressão que o empreendimento exercerá sobre os serviços e equipamentos públicos de educação, saúde e segurança. Destaca-se a saturação do sistema viário, a pressão sobre o sistema de transporte coletivo e o adensamento ao longo das vias, dificultando futuras ampliações viárias. Em todos esses casos, o RIMA coloca suas implicações como decorrentes do crescimento populacional no Norte da Ilha, sendo que a implantação do empreendimento somente aceleraria um quadro existente.

Da mesma maneira, a demanda de água da população induzida pelo empreendimento é apresentada pelo RIMA como parte de um processo intrínseco de crescimento populacional. Segundo o documento, o Sapiens Parque será responsável por um incremento populacional no Norte da Ilha de 6,9% e um incremento no número de turistas de 45,5% (projeções para 2020). Quanto às pressões que esse excesso populacional deve provocar nos sistemas de infraestrutura, o empreendimento atribui a

solução aos programas públicos de desenvolvimento dos sistemas urbanos.

Por exemplo, o Sapiens Parque conta com as ampliações já previstas para a região pela Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) para não exceder o limite do sistema de abastecimento de água. Da mesma maneira, no que se refere à pressão sobre o sistema de energia elétrica, o Sapiens Parque também conta com as ampliações da Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A) previstas para a região. O RIMA afirma que a implantação do Sapiens Parque possibilitará um maior número de visitantes ao longo do ano e não somente na alta temporada, o que tornaria os sistemas de infraestruturas mais atrativos economicamente.

O Sapiens Parque defende que as influências causadas por sua implantação são de pequena magnitude porque as mudanças decorrentes do parque fazem parte de um processo existente e inevitável. Com essa justificativa, atribui-se uma série de ações como sendo de responsabilidade do poder público para sua viabilização. Segundo o projeto, parte dessas atribuições já eram necessárias e previstas, independentemente da implantação do parque.

Dentre os impactos positivos em meio socioeconômico, destaca-se o aumento da arrecadação de impostos, cujo diagnóstico mostra que o empreendimento pode beneficiar o município com um valor anual equivalente a 10% dos impostos totais geralmente arrecadados. O valor arrecadado em impostos inclui também tributos derivados do terreno para a implantação do empreendimento, que é de propriedade pública. Entretanto, em momento algum se indica o ônus atribuído ao Governo do Estado de Santa Catarina pela concessão de um terreno

público à iniciativa privada. Tampouco se estimam os custos das atribuições dadas ao poder público como requisito para a implantação do empreendimento.

Outros impactos positivos em âmbito socioeconômico foram levantados pelo RIMA: aumento das ofertas de serviços especializados; qualificação da paisagem urbana; equalização do fluxo turístico ao longo do ano, com redução da sazonalidade; ampliação da capacidade de P&D (pesquisa e desenvolvimento); aumento da oferta de equipamentos e serviços de cultura, esporte e lazer; aumento da oferta de equipamentos e serviços socioeducativos e atração de infraestrutura e serviços de telecomunicações. Entretanto, são válidas aqui também as críticas já feitas quanto à possibilidade de real apropriação dos equipamentos e serviços fornecidos no parque pela comunidade local.

Segundo Ab'Sáber e Muller-Plantenberg (1994), para que se possa realizar um estudo dos impactos causados por determinado projeto, é necessário entender o espaço total⁶ no qual está inserido, em relação a um sítio de implantação e a uma região de localização. Torna-se imprescindível o conhecimento da estrutura, da composição e da dinâmica dos acontecimentos que caracterizam o espaço total da região proposta. O diagnóstico do próprio local de implantação do projeto é bastante válido, mas a análise do seu entorno em curto, médio e longo prazos consiste em um fator ainda mais importante. Portanto, o conceito de espaço total perante qualquer projeto a ser inserido em qualquer área de um território torna-se de grande significado para uma correta previsão de impactos.

O autor afirma que os países em desenvolvimento das regiões tropicais estão sujeitos

às desigualdades provenientes de processos históricos cumulativos e de diversos atores sociais, em virtude dos territórios de dimensões continentais e de regiões geoeconômicas de roteiro histórico diferenciado. Para fim de avaliação de impactos dos grandes projetos nesses países, existe a necessidade de ampliar as considerações sobre a estrutura, a composição socioeconômica e a funcionalidade da sociedade nos diferentes tipos de espaço geográfico.

A partir dessa ideia, destacamos a importância de o Sapiens Parque estar articulado com todo o aglomerado metropolitano de Florianópolis, inclusive a parte continental, que é bastante representativa. O empreendimento não pode, isolada e localmente, ser considerado um projeto de desenvolvimento urbano sustentável sem apresentar uma articulação e um planejamento conjunto com toda a região e sem levar em conta o processo histórico e a realidade socioeconômica e ambiental da cidade.

Avaliações da comunidade local

Os impactos abordados pelo EIA-RIMA do Sapiens Parque incluem parte dos questionamentos levantados pela comunidade local quanto ao empreendimento. Os propositores do parque realizaram uma ação de discussão comunitária junto a representantes de entidades locais e organizações da sociedade civil de Florianópolis. Tal procedimento faz parte do processo de inserção socioambiental do projeto e foi realizado principalmente no ano de 2003, através de seminários e grupos de trabalho e discussão.

Dentre as observações apontadas pela comunidade, destacamos a indagação quanto à possibilidade da realização de um plebiscito entre os envolvidos com o projeto, como forma de constatar a viabilidade e a posição comunitária em relação ao empreendimento. O Sapiens Parque justificou a resposta negativa ao plebiscito com a afirmação de que “não há opções melhores que as apresentadas para fomentar o desenvolvimento urbano de forma sustentável para a região” (Dossiê de Inserção Socioambiental, 2003, p. 36).

Os atores sociais contatados levantaram ainda que os novos valores decorrentes da migração e urbanização acentuadas levam à perda dos costumes tradicionais e da identidade local. O empreendimento tem a oportunidade de reverter parcialmente esse processo, através do incentivo ao resgate cultural e às tradições locais, identificando oportunidades de negócios locais e criando espaços culturais.

O desemprego e a desqualificação da mão de obra local, identificados pelo EIA-RIMA do empreendimento, consistem também algumas das principais preocupações da comunidade. O crescimento populacional, a sazonalidade acentuada do turismo, a distância do centro comercial e o declínio das atividades rurais e de pesca evidenciam o quadro atual do desemprego na região. O Sapiens Parque promete a geração de empregos como forma de amenizar esse quadro, mas terá essas expectativas frustradas localmente se não existirem programas de qualificação da mão de obra e empreendedorismo local. O empreendimento conta com parcerias e com a criação de módulos comunitários que visem tal qualificação.

A comunidade também apontou a carência de equipamentos e espaços públicos de cultura e lazer e a necessidade de atualização do Plano Diretor da região, tendo em conta a inserção do parque e a pressão sobre os ambientes naturais. Projetos alternativos antigos para o terreno de implantação do Sapiens Parque (como o projeto turístico Orla Norte ou um projeto de loteamentos residenciais) evidenciam a tendência de ocupação da área. Se tal ocupação é apontada como inevitável, as condicionantes do terreno indicam ao menos que o projeto de ocupação deve ter claro interesse público e responsabilidade socioambiental.

Na audiência pública realizada em 2004 para a discussão do RIMA, o representante de uma comunidade local questionou a existência de infraestrutura no Norte da Ilha que dê suporte ao aumento do número de pessoas decorrente da implantação do parque. Outra crítica apontada na audiência faz referência às atribuições remetidas ao poder público e que são condicionantes para a implantação do parque, como a elaboração dos planos de recursos hídricos e de macrodrenagem e a execução de determinadas obras de infraestrutura viária e de saneamento (Entrevista Audiência Pública TV Justiça, 2004).

Por fim, o RIMA “deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão” (Resolução Conama 001/86). O relatório de impacto ambiental do Sapiens Parque trata-se praticamente de uma cópia do EIA, com a supressão de um dos capítulos. A complexidade do documento acaba dificultando a compreensão da comunidade local em relação aos verdadeiros impactos e resultados do projeto.

Considerações finais

O conjunto de agentes externos de uma cidade sempre influencia em sua evolução urbana. O aparecimento da globalização fortificou a velocidade com que ocorrem essas mudanças externas, trazendo implicações no processo de planejamento. Essa nova realidade impõe a necessidade de inserção das cidades em nível internacional e o planejamento urbano vem sendo direcionado com tal objetivo, através de estratégias e intervenções urbanas voltadas ao mercado mundial. O espaço urbano ganha novas funções, dando origem ao ambiente competitivo entre as cidades.

O estudo de caso avaliado neste artigo mostra um exemplo desse modelo de planejamento, a ser aplicado na região metropolitana de Florianópolis. O Sapiens Parque representa atualmente um dos principais projetos propulsores do desenvolvimento regional, expondo o meio urbano a impactos socioeconômicos e ambientais decisivos e com repercussões positivas e negativas em seu contexto. A presença de outros projetos relevantes no aglomerado metropolitano, como o novo urbanismo da Cidade Universitária Pedra Branca, em Palhoça ou o conjunto de empreendimentos imobiliários do Costão do Santinho, indicam investimentos paralelos ao Sapiens Parque e provavelmente complementares a este, uma vez que atuam para um mercado importante e ausente no parque de inovação: o mercado habitacional.

Mais recentemente, o surgimento de propostas para outros empreendimentos com atividades específicas, como o Estaleiro OSX, de possível implantação em Biguaçu, tem levado

a discussões quanto à viabilidade desses projetos entre os propositores, o poder público, a comunidade acadêmica e os moradores locais. A preocupação principal gira em torno dos impactos ambientais que o conjunto desses empreendimentos deve acarretar para a região metropolitana de Florianópolis, vistas a especificidade e a fragilidade dos ambientes naturais, além da presença de um histórico de ocupação urbana que não permite intervenções sem o devido planejamento territorial.

Na avaliação realizada neste artigo quanto aos impactos do projeto Sapiens Parque, destacamos como determinantes as consequências negativas referentes às possíveis mudanças na organização socioespacial urbana, resultantes da estratégia da inserção competitiva. O projeto mostra uma tendência à fragmentação, uma vez que potencializa o consumo de segmentos sociais específicos, através da concentração de investimentos públicos nas áreas destinadas à revitalização. Esse fato pode resultar na fragmentação da cidade e no aumento da desigualdade social, com a criação de bairros com carência de investimentos, infraestrutura e serviços.

Na opinião de Vainer (2000), esses resultados na dinâmica espacial são previsíveis dentro do planejamento urbano estratégico, uma vez que as revitalizações urbanas não são direcionadas a todos os cidadãos: a abertura das cidades para o exterior é seletiva e usufruída por grupos específicos e qualificados. O autor se refere a esses grupos privilegiados como visitantes e usuários solventes, enquanto classifica como demanda solvável as populações mais pobres (nativos ou imigrantes) que não participam do processo de formação de riqueza e

são consideradas irrelevantes do ponto de vista estratégico.

A pobreza e a violência urbana condicionam ou influenciam nas decisões dos agentes econômicos e na atratividade da cidade. Por esse motivo, a tendência é a exclusão das parcelas de baixa renda dessas áreas revitalizadas e, conseqüentemente, do próprio processo de planejamento. Tal situação resulta também da concentração excessiva de investimentos públicos nos espaços de renovação urbana. Os governos locais, ao invés de priorizarem o caráter social dos investimentos públicos, fazem-no de acordo com os interesses privados.

A limitação de recursos leva a investimentos insuficientes nas regiões de pobreza, a favor da qualificação de áreas urbanas específicas que permitam a inserção global da cidade. As aplicações por parte do poder público no campo social são abandonadas pelas autoridades para priorizar os investimentos que visam atrair parcerias com o poder privado. As cidades mundiais tornam-se então fragmentadas, com áreas adequadamente atendidas em contraste com as áreas desamparadas.

Oliveira (2003) utiliza a expressão “Estado de Exceção” para denominar a omissão do poder público perante esses resultados do planejamento. Segundo o autor, as empresas impõem novos critérios e se apropriam das políticas sociais, pois necessitam da eficiência e da produtividade das políticas públicas, resultando em uma situação de exclusão social. O Estado, dessa maneira, torna-se supérfluo e passa a ser desempenhado como máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital. A exceção consiste no fato de que as políticas sociais não têm mais a concepção de mudar a distribuição de renda, pelo contrário,

acabam transformando-se em “antipolíticas de funcionalização da pobreza”.

A exclusão social e a conseqüente segregação socioespacial da cidade podem ser fortalecidas ainda pela provável valorização imobiliária da região de implantação do Sapiens Parque. Tal valorização incentiva a expulsão de determinados grupos sociais e a ocupação de áreas inapropriadas, podendo resultar em zonas de degradação ambiental. Esse tema consiste em uma das principais problemáticas levantadas pela comunidade envolvida com o empreendimento e representa um conflito com os propositores do projeto, uma vez que na visão destes a valorização imobiliária é percebida como um impacto positivo.

A marginalização no mercado de trabalho consiste em outra questão de relevância local e que atinge diretamente as comunidades do Norte da Ilha. A geração de empregos e a inclusão social através do trabalho, principais propulsores do desenvolvimento econômico e social derivado do empreendimento, dependem de ações de capacitação e de melhorias nos serviços e equipamentos públicos de educação local. Do contrário, podemos concluir que a tendência é o aumento da exclusão econômica, uma vez que não serão todas as pessoas as capacitadas para os empregos gerados pelo parque. A irrelevância de determinados grupos sociais perante o mercado de trabalho proporcionado pelo empreendimento e a discrepância salarial e de condições de trabalho colaboram para agravar o quadro de exclusão econômica, que induz à exclusão social.

Na visão de Lopes (1998), a principal consequência desse mercado de trabalho excludente está na informalidade. A economia informal corresponde a um fenômeno secundário

dentro da estrutura econômica das cidades, ligada basicamente à pobreza. Com a nova divisão internacional do trabalho, a informalidade deixa de ser uma saída para a resolução dos problemas de geração de empregos e de formação de riqueza das camadas mais pobres da população para ser um fenômeno de adaptação da sociedade aos novos requisitos da organização informacional gerada pela integração em rede.

Devido a essas constatações, o caráter público defendido pelos propositores do Sapiens Parque permanece sendo avaliado. Em relação ao tema, a arquiteta Silvia Lenzi, do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, questiona quais vantagens terá a cidade e a sociedade com o empreendimento, uma vez que são reconhecidos os impactos socioeconômicos e ambientais gerados e as atribuições de responsabilidade pública. A arquiteta reconhece que o Sapiens Parque consiste em uma grande

oportunidade para a região metropolitana, porém critica o fato de a sociedade ter que cumprir com parte do ônus e não possuir benefícios diretos com a implantação do parque (Entrevista Audiência Pública Tv Justiça, 2004).

Como conclusão, podemos afirmar que o modelo importado de planejamento estratégico pode apresentar consequências específicas quando aplicado às cidades brasileiras marcadas pelo particular histórico de segregação socioespacial. O sucesso de sua aplicação depende da participação popular nas decisões urbanas e de políticas públicas de inserção econômica e social, de maneira a atender com mais urgência às necessidades da realidade urbana nacional e não ceder ao equívoco das "ideias fora do lugar" (Maricato, 2000). Caso contrário, o planejamento baseado na lógica do mercado tende a aumentar essas desigualdades existentes, através do processo de concentração econômica, social e espacial.

Beatriz Francalacci da Silva

Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Professora Colaboradora da Universidade do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil.

beatrizfrancalacci@yahoo.com.br

Notas

- (1) Cidades que constituem a região metropolitana de Florianópolis: São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara e Florianópolis.
- (2) A Resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente define impacto ambiental como: “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: 1) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; 2) as atividades sociais e econômicas; 3) a biota; 4) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; 5) a qualidade dos recursos ambientais” (Resolução Conama 001/86, art. 1º).
- (3) Os termos “cidade mundial” ou “cidade global” são aqui utilizados para designar a renovada importância das cidades como locais destinados a determinadas atividades e funções, após as transformações econômicas ocorridas com a globalização. As duas nomenclaturas são empregadas por autores do tema com algumas variações, para definir as novas ações das cidades como pontos nodais dos fluxos financeiros, a partir dos quais se obtém um controle global dos mercados financeiros secundários.
- (4) Sobre o empresariamento da gestão urbana, Vainer (2000) destaca o trecho do World Economic Development Congress & The World Bank, 1998, sobre o que as cidades necessitam atualmente: “Competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial. Competir na atração de novas indústrias e negócios. Ser competitivas no preço e na qualidade dos serviços. Competir na atração de força de trabalho adequadamente qualificada” (p. 77).
- (5) Dentre os instrumentos de conjugação entre desenvolvimento e proteção ambiental aplicados atualmente, merecem destaque o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). O EIA é de maior abrangência, e compreende o levantamento da literatura científica e legal pertinente, trabalhos de campo, análises de laboratório e a própria redação do relatório. O RIMA destina-se especificamente ao esclarecimento das vantagens e consequências ambientais do empreendimento, refletindo as conclusões do EIA. O RIMA é a parte mais compreensível do processo, esclarecedor para o administrador e o público.
- (6) Ab’Sáber e Muller-Plantenberg (1994) definem espaço total como o arranjo e o perfil adquiridos por uma determinada área em função da organização humana que lhe foi imposta ao longo dos tempos. O espaço total inclui todo o conjunto dos componentes inseridos pelo homem, no decorrer da história, na paisagem de uma área considerada participante de determinado território.

Referências

- AB’SABER, A.N.; MULLER-PLANTENBERG, C. (org.). (1994). *Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul: experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. São Paulo, Edusp.
- ACSELRAD, H. (2001). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro, DP&A.

- ARANTES, O. (2000). “Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas”. In: ARANTES, O.; MARICATO, E. e VAINER, C. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes.
- BORJA, J. e CASTELLS, M. (2000). *Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Barcelona, Taurus.
- CASTELLS, E. J. F. et al. (2002). *Avaliação do Sapiens Parque segundo o IAB-SC*. Florianópolis, documento oficial.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E INSTITUTO PÓLIS. (2001). *Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília, Câmara dos Deputados - Coordenação de Publicações.
- COMPANS, R. (2001). “Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismo ou complementaridade?” In: ACSELRAD, H. (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro, DP&A.
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente (1986). Resolução Conama 001/86, art. 1°. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.mma.gov.br>. Acesso em 24/5/2006.
- CUNHA, S. B. e GUERRA, A. J. T. (org.). (2001). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- FERREIRA, J. S. W. (2003). *São Paulo: o mito da cidade global*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- FUNDACIÓN CEPA. Sapiens: La ciudad del conocimiento. Revista Ambiente Digital. Arquitectura Del Ambiente. Disponível em <http://www.revista-ambiente.com.ar>. Acesso em 5/12/2006.
- GÜELL, J. M. F. (1997). *Planificación Estratégica de Ciudades*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, AS.
- HARVEY, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec.
- IPIUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS (1985). *Plano Diretor dos Balneários*. Florianópolis, documento oficial.
- LEFÉBVRE, H. (1969). *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes.
- LOPES, R. (1998). *A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades*. Rio de Janeiro, Mauad.
- MARICATO, E. (2000). “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”. In: ARANTES, O.; MARICATO, E. e VAINER, C. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2002). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2003). MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, n. 48.
- MILARÈ, E. (1994). “Estudo prévio de impacto ambiental no Brasil”. In: AB'SABER, A. N. e MULLER-PLANTENBERG, C. (org.). *Previsão de impactos : o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul: experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. São Paulo, Edusp.
- OLIVEIRA, F. (2003). O Estado e a exceção. Ou o Estado de exceção? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. UFBA, v. 5, n. 1, pp. 9-14.

- SÁ, M. F. (2004). *Processo de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) do Empreendimento Sapiens Parque*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SACHS, I. (1993). *Estratégias de Transição para o Século XXI. Coleção Cidade Aberta*. São Paulo, Studio Nobel, Fundap.
- SÁNCHEZ, F. (2001). "A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine" In: ACSELRAD, H. (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro, DP&A.
- _____ (2003). *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, Argos.
- SANTOS, M. (2004). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record.
- SAPIENS PARQUE (2004). Audiência Pública em Ponta das Canas. Produção para o programa Interesse Público/ TV Justiça. Data: 18 de agosto 2004. Florianópolis. Disponível em <http://www.prsc.mpf.gov.br>. Acesso em 15/6/2007.
- SASSEN, S. (2000). The global city: Strategic site/ New frontier. *American Studies*, 41:2/3, pp. 79-95.
- SILVA, B. F. (2008). *Limites do planejamento estratégico aplicado ao espaço urbano como instrumento de desenvolvimento sustentável: o caso do Sapiens Parque*. Dissertação de mestrado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SILVA, G. P. A. (2001). *Science parks and urban design: a cross-cultural investigation*. Tese de Doutorado. Oxford, Oxford Brookes University.
- SISTEMA SINDUSCON (2007). O que a capital necessita. *Boletim Informativo*. Florianópolis, Ano 7, n. 85.
- SOCIOAMBIENTAL CONSULTORES ASSOCIADOS; E.LABORE ASSESSORIA ESTRATÉGICA EM MEIO AMBIENTE. (2002). "Dossiê de Inserção Socioambiental do Sapiens Parque". In: SOCIOAMBIENTAL C.A.; E.LABORE A.E.M.A. EIA-RIMA Empreendimento Sapiens Parque. Florianópolis, documento oficial.
- _____ (2002). EIA Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Sapiens Parque. Florianópolis, documento oficial.
- _____ (2002). RIMA relatório de impacto ambiental Empreendimento Sapiens Parque. Florianópolis, documento oficial.
- SOUZA, M. L. (2004). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- VAINER, C. (2000). "Pátria, empresa e mercadoria". In: ARANTES, O.; MARICATO, E. e VAINER, C. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes.
- VIEIRA, N. M. (1999). A Imagem diz Tudo? O Espaço Urbano como Objeto de Consumo. *Bahia Análise e Dados*. Salvador – BA. SEI. v. 9, n. 2, pp. 39-46.
- VILLAÇA, F. (2001). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, Fapesp.

Texto recebido em 3/ago/2010
Texto aprovado em 10/set/2010